



**Memórias e histórias do movimento
ambientalista: 50 anos, e aí?**

**SALA VERDE DA SERHMA/SEDURBS:
RELATOS DE EXPERIÊNCIA**

Silvia Leticia Nogueira Passos Garcia
Graduação Ciências Biológicas – UFS.
leticia.npg@gmail.com

Isabelle Aparecida Dellela Blengini
Superintendência Especial de Recursos Hídricos - SERHMA
belle_biologia@yahoo.com

GT 1: Instrumentação e Vivências em Educação Ambiental

Palavras-chave: educação ambiental; sala verde; educação; socioambiental.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a Educação Ambiental (EA) ganhou força através de seus debates obstinados em construir estrategicamente o convívio de respeito, a criticidade e o equilíbrio entre a sociedade e o meio ambiente.

Durante a Chosica/Peru, (1976)¹ Educação Ambiental foi definida como a ação educativa permanente pela qual a comunidade tem a tomada de consciência de sua realidade global, do tipo de relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, dos problemas derivados destas, assim como suas causas profundas. Ela desenvolve, mediante uma prática que vincula o educando com a comunidade, valores e atitudes que promovem um comportamento dirigido à transformação superadora dessa realidade, tanto em seus aspectos naturais como sociais.

Nesse sentido, LAYRARGUES (2006) relaciona as funções da Educação Ambiental vinculada à Educação como moral de socialização humana, ideológica de reprodução das condições sociais e de Natureza, visto que a Educação Ambiental surge em decorrência de uma crise ambiental, e que a função moral que antes era restringida ao ser humano, é agora ampliada para à Natureza.

A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, trata a Educação Ambiental como[...]

“os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 1999).

Acrescenta-se o posicionamento de Loureiro (2002,2004) em categorizar a Educação Ambiental entendendo-a como:

- Crítica, porquanto funda sua formulação no radical questionamento às condicionantes sociais que geram problemas e conflitos ambientais;
- Emancipatória, uma vez que visa à autonomia e liberdade dos agentes sociais frente às relações de expropriação, opressão e dominação; e

¹ Conferência Sub-regional de Educação Ambiental para a Educação Secundária que aconteceu na cidade de Chosica/Peru em 1976.

- transformadora, por visar a mais radical transformação do padrão societário dominante, no qual se define a situação de degradação intensiva da natureza, e, em seu interior, da condição humana.

Decerto, Educação Ambiental Crítica, reflete-se sobre práticas políticas de exercício da cidadania e de gestão democrática, em que a participação se coloca como sentido estruturante. Pensar a participação como exercício da autonomia, acoplada a responsabilidade e a alteridade, com a convicção de que a individualidade se completa na relação com o outro e com o mundo e de que a liberdade individual perpassa a coletiva, tem implicações profundas na educação ambiental. (NEPOMUCENO, 2016).

Educação e ambiente caminham juntos e Loureiro (2002) afirma que a educação não é o único, mas certamente é um dos meios de atuação pelos quais nos realizamos como seres em sociedade - ao propiciarmos vivências de percepção sensível e tomarmos ciência das condições materiais de existência; ao exercitarmos nossa capacidade de definirmos conjuntamente os melhores caminhos para a sustentabilidade da vida; e ao favorecermos a produção de novos conhecimentos que nos permitam refletir criticamente sobre o que fazemos no cotidiano.

Diante da necessidade da criação de espaços para o fortalecimento da Educação Ambiental, com o propósito de enraizar e orientar os processos nos quais se estabelece que todas as ações são eco pedagógicas, desde a sua concepção de criação, até a sua implementação e avaliação (SERGIPE, 2022). Sendo assim, é importante pensar em alternativas de modo a incentivar o convívio saudável entre seres humanos e o meio ambiente. Logo, neste relato de experiência abordamos o envolvimento da educação ambiental conjuntamente com as políticas públicas e as práticas pedagógicas a fim de fortalecer essa vivência através do Projeto Salas Verdes.

Historicamente a EA começou a ganhar força como política pública, quando a Lei 9794 de 1999 (BRASIL, 1999), e seu decreto número 4.281, nesse contexto as ações governamentais passaram a ser institucionalizadas, tanto no âmbito federal, como estadual com nos municípios. Ações estruturantes foram criadas para o fortalecimento da EA no Brasil, uma delas foi o Projeto Sala Verde, uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente.

O Projeto Sala Verde busca incentivar a implantação de espaços socioambientais para atuarem como potenciais Centros de Informação e Formação Ambiental.

Neste contexto, o Projeto Salas Verde foi criado no ano de 2000, com objetivo de implantar centros de referência em EA, como sendo um espaço que se destinava a trazer acesso à informação ambiental, além de prover a articulação entre os educadores/educadoras ambientais em todo território brasileiro.

Ao longo dos seus 22 anos houveram encontros e diversos movimentos dentro desses espaços, sendo eles de grande importância para a movimentação de diversos processos relacionados à questão ambiental no Brasil.

Desta forma, de acordo com o MMA, a Sala Verde é parceira efetiva das ações realizadas para dar concretude à Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99).

A Sala Verde é um espaço dedicado ao desenvolvimento de atividades e práticas de caráter educacional, voltadas à temática socioambiental e cultural. Trata-se de um local definido, vinculado a uma instituição pública ou privada, que funciona como um espaço de articulação e desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental de abrangência local e regional, nas quais haja envolvimento de diversos segmentos da sociedade.

O espaço Sala Verde é um lugar de múltiplas potencialidades e pode estar vinculado a uma instituição pública ou privada, que assim disponibiliza materiais e publicações, além da diversidade de ações que podem ser realizadas no local, a exemplo de palestras, oficinas, eventos, reuniões, campanhas, exposições, mostras, peças teatrais, encontros, entre outros a fim de ampliar o acesso ao conhecimento socioambiental, propiciando a formação inicial e continuada de diversos públicos (jovens, adultos, estudantes, professores, comunidade, etc.). (MMA,2022)

Ainda, a Sala Verde possui identidade definida pelo MMA como:

Cada Sala Verde é única, não há um padrão pré-definido ou um formato modelo. Cada instituição deve configurá-la à sua maneira, levando-se em consideração a identidade institucional e o público com quem trabalha, dialogando com as potencialidades e as particularidades locais e regionais. Deve também buscar orientar as ações, através de um processo continuado de construção, implementação, avaliação e revisão de seu Projeto Pedagógico, submetido ao MMA.

Desta forma a promoção da Educação Ambiental em conjunto com o Projeto Sala Verde, movimentam a construção de novos valores e rumos para o saber baseados em uma sociedade mais justa e sustentável, capaz de lidar com seus problemas ambientais, com base em ações nas quais os indivíduos e a coletividade se engajem.

SALA VERDE DA SERHMA: CAMINHOS PERCORRIDOS

À vista disso, a Gerência de Educação Ambiental e Relações Sociais - GER, tem o objetivo de implantar o projeto Sala Verde na Superintendência Especial de Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SERHMA, vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento e Sustentabilidade – SEDURBS.

A GER é uma unidade operacional que visa promover a consciência crítica por meio da participação social e da busca pela sustentabilidade em todos os ambientes. O processo de Educação Ambiental que se visa estabelecer deve ser realizado de forma participativa, emancipatória, e com o olhar crítico garantindo a proteção/conservação dos bens da natureza tratando com responsabilidade as presentes e futuras gerações.

A partir desta ideia o Estado deseja implementar novas Salas Verdes e fortalecer as existentes, dando continuidade a iniciativa do MMA.

A Sala Verde da SERHMA/SEDURBS está em processo de implantação. A mesma encontra-se instalada em um espaço físico dentro da Superintendência Especial de Recursos Hídricos e Meio Ambiente.

Para a sua implementação foram seguidas algumas etapas que aqui relatadas com o intuito de propagar nossa experiência, porém é importante ressaltar que a construção deste processo foi pensado como um movimento de/ e para a Educação Ambiental dentro da nossa própria instituição, buscando que discussão relativa a implantação fosse também uma sensibilização interna da necessidade de se reconstruir esse espaço.

A primeira etapa foi o levantamento do local apropriado para a sua implantação, a sala escolhida está inserida na SERHMA. Sua estrutura conta com uma porta de vidro e uma janela retangular de vidro. Ao entrar à direita, encontra-se a estante com o acervo literário, em frente uma mesa redonda com cadeiras com a finalidade para leitura e realização de reuniões. Na parede em frente à entrada está destinada a um painel artístico. Ainda no mesmo espaço, insere-se duas mesas e cadeiras para a parte de escritório onde ficará os computadores e os responsáveis pela sala (Figura 1).

Em um segundo momento foi pensado quais seriam os recursos e pessoal necessários para serem compor a Sala Verde. Com isso, foram solicitados computador

de mesa completo, notebook, projetor e webcam para atender às demandas pedagógicas. Outros materiais solicitados foram banners para identificação do espaço como Sala Verde, mobiliário e pintura artística das paredes para promover um ambiente mais acolhedor. Dentro do mobiliário, contamos com a inserção de mesa, cadeiras, banquinhos, armário e quadro branco. Uma pessoa estará lotada na Sala Verde, mas toda a equipe GER irá atuar nas atividades desenvolvidas. (Figura 2)

O terceiro momento foi pensar em nosso acervo literário. Foram selecionados livros com as temáticas de educação e ambiental para serem inseridos na biblioteca do espaço físico. Sabe-se que há muitas formas de trabalhar assuntos socioambientais, dentre elas está uso e incentivo à leitura, ajudando o leitor a ampliar sua visão de mundo. Essa escolha faz parte dos objetivos da Sala Verde e tem como proposta utilizar o acervo almejando construir um pensamento crítico e criativo, além de tornar o espaço mais acolhedor.

Pensando na possibilidade de expandir o espaço físico, foi criada uma proposta de Biblioteca Itinerante tendo como objetivo incentivar a leitura e o conhecimento, como também, promover a troca de livros, pois levamos a nossa Sala Verde para todos os espaços, como eventos e mostras. Os livros são de categorias além da temática ambiental, recebidos de doações. (Figura 3) Os mesmos foram catalogados e podem sair do espaço para contribuição nas ações de eventos, oficinas, entre outras ações promovidas em harmonia com a Sala Verde. Esta biblioteca tem como objetivo incentivar a leitura e o conhecimento do corpo técnico e administrativo da SERHMA, como também, promover a troca de livros para o público-alvo.

Também está sendo desenvolvido um banco de dados digital com levantamento bibliográfico que irá abrigar uma biblioteca virtual e a catalogação da biblioteca física, como também inserir contatos das Salas Verdes ativas no estado. Este é um processo em constante construção a fim de aproximar as pessoas para a Sala Verde e como ferramenta facilitadora de acesso ao conhecimento.

Em recente reunião com a Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura, com a finalidade de obter parceria para incentivar a criação de Salas Verdes em escolas estaduais. Foi articulado um planejamento para formar caminhos em que as Diretorias Regionais das escolas do Estado de Sergipe tenham interesse no projeto das Salas Verdes. Em conjunto, SEDUC E SERHMA criaram um plano de ação e um termo de cooperação técnica evidenciando as possibilidades de implementação das salas

verdes nas escolas, pois tal processo podem vir a contribuir para trazer um estímulo mais aprofundado no estudo das relações homem/natureza, e assim, evidenciar a importância da área e de atividades planejadas, com propósitos estabelecidos pela Educação Ambiental.

Mediante o exposto, é de grande importância buscar constantemente apoio e parceria de outros órgãos e instituições privadas e públicas para colaborar com as Salas Verdes.

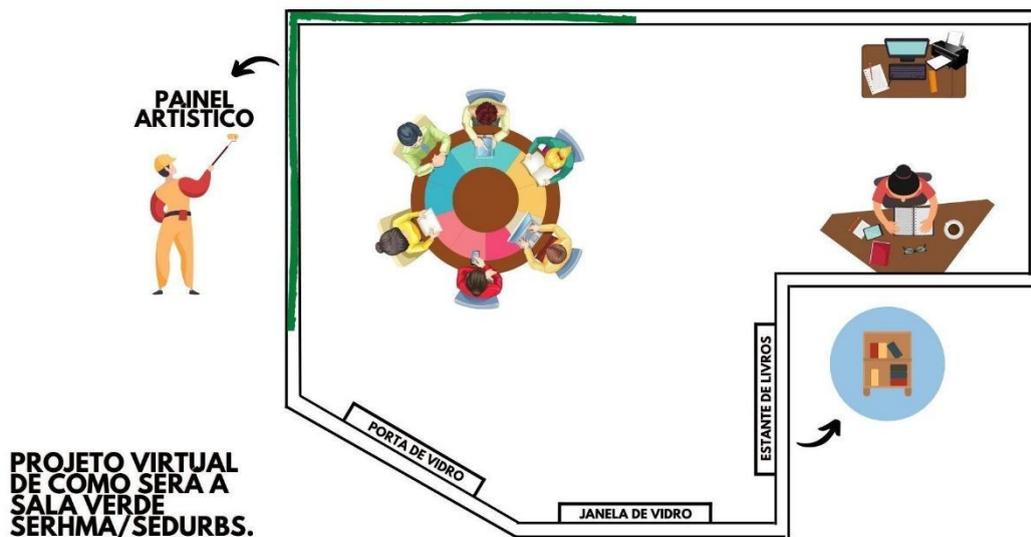


Figura 1: Projeto Virtual do espaço físico da Sala Verde da SERHMA. (Fonte Interna).



Figura 2: Espaço Físico da Sala Verde da SERHMA. (Fonte Interna).



Figura 3: Biblioteca Itinerante (Fonte Interna).

RESULTADOS ESPERADOS

Conforme relatado, espera-se que a Sala Verde da SERHMA seja inaugurada ainda no ano de 2022 e possa ser um Centro Coordenador de Referência em Educação Ambiental Não Formal para as Salas Verdes no Estado de Sergipe; que sua prática efetiva possibilite a sensibilização do público-alvo através das capacitações, campanhas e eventos realizados. Estimular os atores envolvidos com as questões socioambientais.

Aplicar em nossa Sala Verde e nos demais espaços criados, os projetos incluídos no Plano de Ação da Gerência; nele está incluso Trilhas Interpretativas nas Unidades de Conservação, Biomas na Escola e Abelhas Como Ferramenta de Educação Ambiental e os demais projetos que forem articulados durante as práticas.

Apoiar e articular o desenvolvimento de novas Salas Verdes no Estado de Sergipe, e em parceria, promover capacitações e eventos. Em conjunto com as Salas Verdes do Estado já existentes, construir um banco de dados com seus contatos, criar um calendário permanente de toda a programação estabelecida anualmente.

Disponibilizar em site público, o banco de dados das Salas Verdes contendo informações das Salas Verdes ativas no estado e todo o material digital construído visando a perspectiva construtiva que possa favorecer a elaboração do pensamento criativo e crítico de quem acessar, bem como o desenvolvimento de sua autonomia intelectual.

REFERÊNCIAS

NEPOMUCENO, Aline Lima Oliveira; GUIMARÃES, Mauro. Caminhos da práxis participativa à construção da cidadania socioambiental. **Ambiente & Educação**, v. 21, n. 1, p. 59-74, 2016.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental**, Lei 9795. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abril. 1999.

OLIVEIRA, Terezinha Marisa Ribeiro; AMARAL, Carmem Lúcia Costa. Discutindo conceitos de Educação Ambiental com professores em uma escola pública de São Paulo. **Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 12, n. 2, 2019.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educar, participar e transformar em educação ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, 0, p. 13-20, 2004.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, p. 72-103, 2006.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Crítica ao teorismo e ao praticismo na educação ambiental. **Educação ambiental: caminhos traçados, debates políticos e práticas escolares**. Brasília: Liber, 2010.

Lei 9795/99. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ministério da Educação.

MMA: **SALAS VERDES**, 2022. Disponível em: <<http://salasverdes.mma.gov.br/>>.
Acesso em: 28, agosto, 2022.